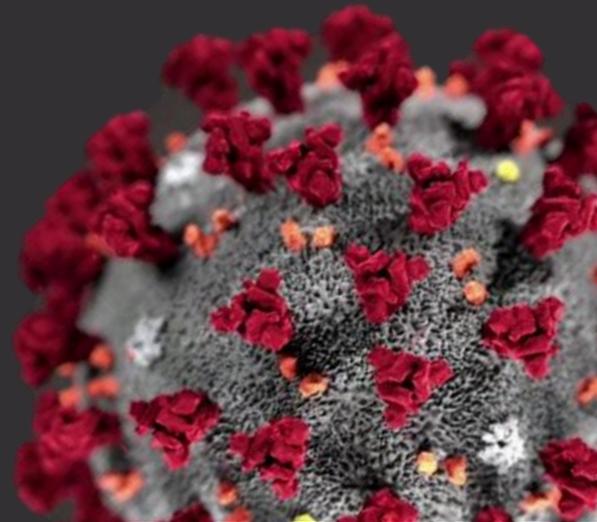


Painel de Monitoramento

Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego – SUBTE, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

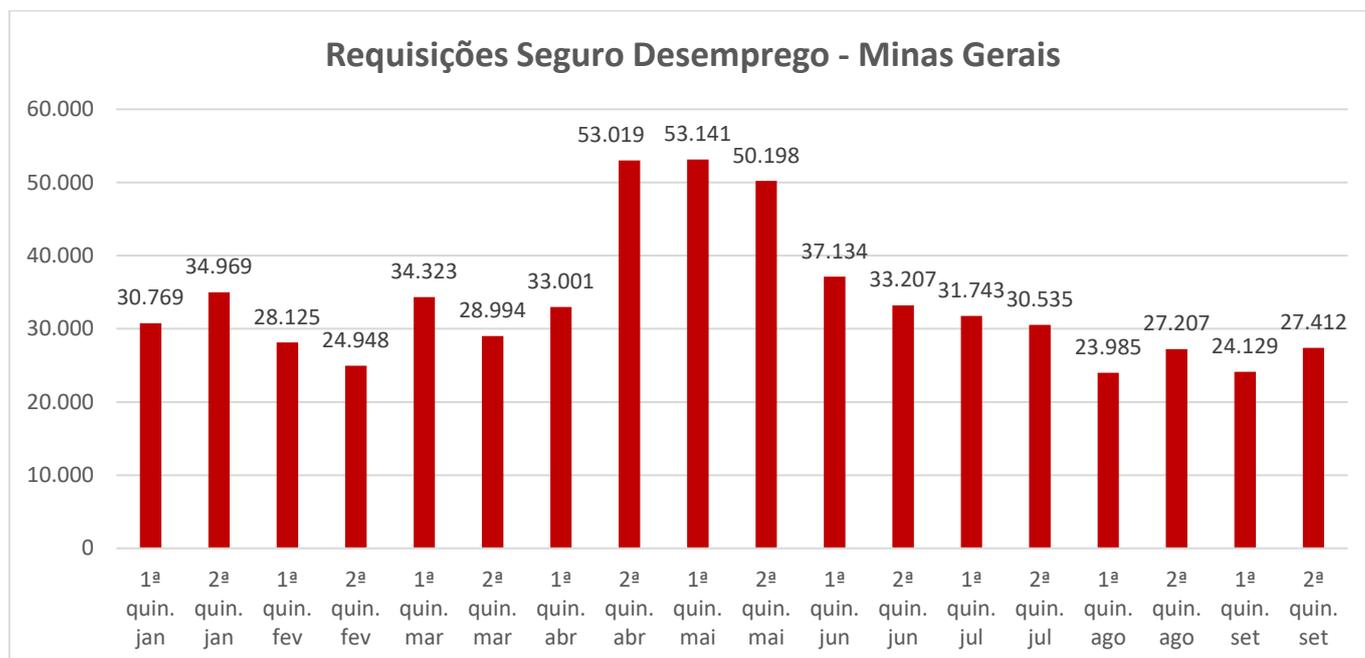
- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- Aumento do ICEC em setembro;
- Queda na inadimplência no país;
- Trabalho informal e avanço da COVID19;
- Impacto da pandemia no trabalho doméstico;
- Desempenho do setor de turismo.

SEGURO DESEMPREGO

Segunda quinzena de setembro registra 27.412 requisições do benefício

Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho no Estado de Minas Gerais, a evolução do número de solicitações do Seguro Desemprego acaba se tornando um importante indicador para dimensionar os impactos da Covid-19 sobre o mercado de trabalho formal. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro Desemprego, no Estado de Minas Gerais, na segunda quinzena de setembro, foi de 27.412 benefícios, aumento de 13,6% em relação à quinzena anterior. Após atingir o ápice de 103.339 solicitações em maio, o parâmetro veio passando por sucessivos declínios, um cenário positivo que dá indicativos de recuperação do mercado de trabalho formal após o significativo contingente de demissões nos meses iniciais da pandemia.

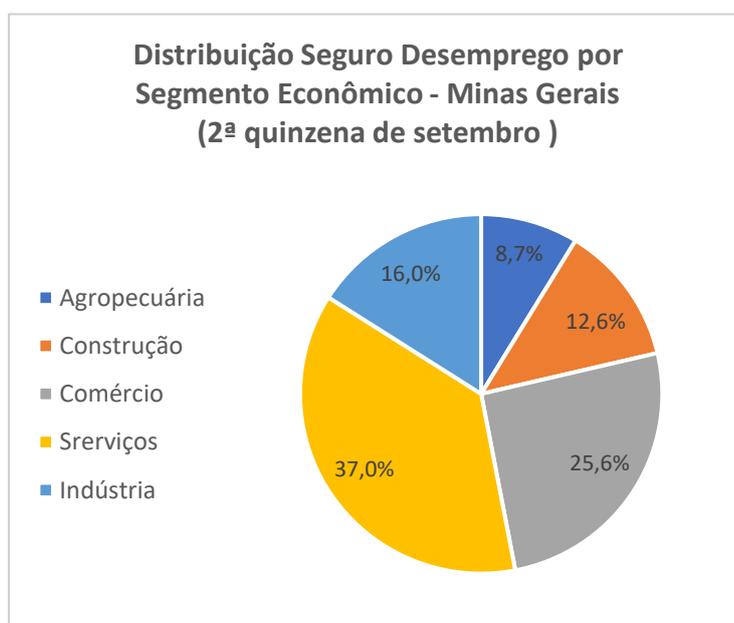
No entanto, se analisados em uma perspectiva comparada com a mesma quinzena do ano anterior, os números de 2020 apresentam queda de 13%. Diante do significativo contingente de trabalhadores demitidos nos momentos iniciais da pandemia, essa queda histórica pode representar um contexto no qual as empresas já têm trabalhado no limite mínimo do quadro de funcionários.



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Se realizada uma análise com base em uma desagregação por setores econômicos, é possível identificar que o segmento de serviços (37%) e o comércio (25,6%) seguem liderando o ranking de maiores demandantes do Seguro Desemprego em Minas Gerais.

Em relação ao perfil dos requerentes, a maior parte é composta por homens (61,7%), o que pode estar relacionado ao fato de que as medidas de isolamento afetaram, majoritariamente, postos de trabalho ocupados pelo público masculino. Quanto à faixa etária, os demitidos são, preponderantemente adultos com idade entre 30 e 39 anos (32%), o que pode representar um problema de reinserção profissional, haja vista a resistência dos empregadores em admitir trabalhadores nessa faixa etária.



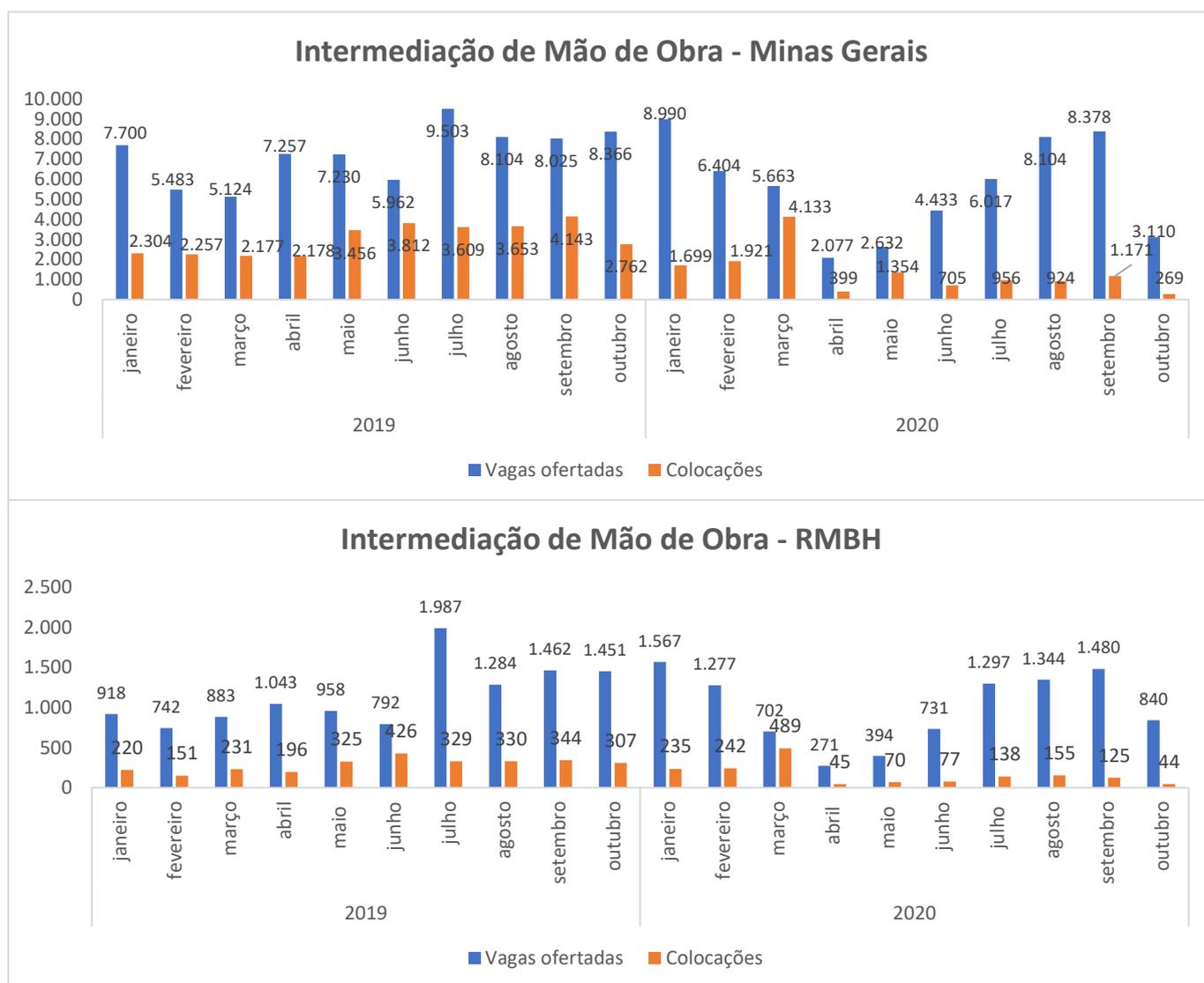
Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

ESTATÍSTICAS DO SINE

Postos de atendimento retomam serviços presenciais

As unidades de atendimento do SINE em Minas Gerais registraram 745.217 atendimentos entre janeiro e outubro de 2020 (até o dia 12/10), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro Desemprego e intermediação de mão de obra, que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho.

A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do Sine a partir do dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados apresentados até maio do presente ano, se analisado o comparativo com o mesmo período de 2019. A partir do mês de julho, as unidades retomaram o agendamento presencial, o que justifica o aumento no número de vagas ofertadas e colocações. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no Estado de Minas Gerais:



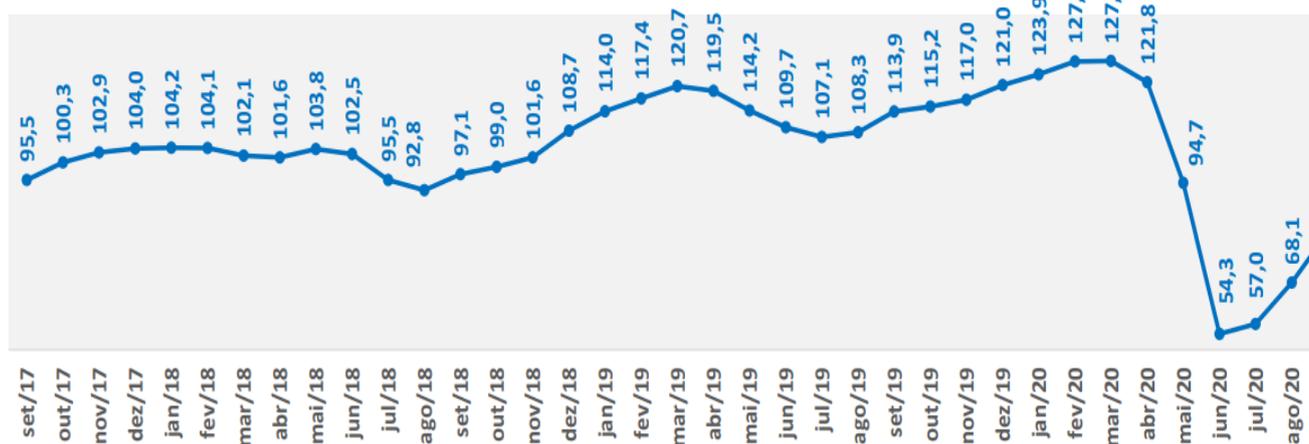
Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO

Incertezas trazidas pela pandemia aos empresários do setor de comércio estão reduzindo

Em agosto, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), elaborado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG), mostra que a confiança dos comerciantes continua crescendo. O Icec é um indicador mensal capaz de mensurar a percepção dos empresários sobre momento atual e futuro no tocante a realização de investimentos. O parâmetro varia de 0 a 200 pontos, sendo a fronteira entre o otimismo e o pessimismo definida pelo índice 100, - no qual qualquer valor abaixo de 100 pontos, aponta situação de pessimismo, e acima de 100, situação de otimismo.

Série histórica - Confiança do Empresário do Comércio (setembro/17 a setembro/20)



Fonte: Fecomércio MG

Em setembro, o Icec manteve a tendência de crescimento e atingiu 81,6 pontos, sendo o quarto mês consecutivo de crescimento do indicador. Em relação ao mês de agosto, houve aumento de 13,5 pontos. Entretanto, apesar da tendência de aumento da confiança após o baque sofrido entre abril e julho, o Icec ainda permanece abaixo dos 100 pontos, indicando que, em geral, a situação é de pessimismo. Desagregando o Icec de setembro pelo porte das empresas ouvidas, nota-se que o otimismo é maior entre aquelas de maior porte. Considerando apenas empresas com mais de 50 funcionários, o Icec chegou a 108,3 pontos, ultrapassando a linha divisória de 100 pontos, configurando uma visão positiva de acordo com a metodologia adotada pela Fecomércio. Entre as empresas de menor porte, isto é, com até 50 funcionários, o indicador chegou a 81 pontos, abaixo da média geral (81,6) e abaixo também da linha de 100 pontos, evidenciando uma diferença na expectativa do empresariado de acordo com o porte da empresa.

Quanto a expectativa de contratação de funcionários, o cenário ainda é preocupante, mas já apresenta sinais de melhora. O percentual de empresas que pretendiam fazer alguma redução no quadro de funcionários caiu de 80,7% em agosto para 65,4% em setembro, ao passo que o percentual daquelas que pretendiam aumentar o quadro, saltou de 19,3% para 34,6% também entre agosto e setembro. Ainda em setembro, 50% das empresas de maior porte pretendiam aumentar o número de funcionários contratados, entre as de menor porte, o mesmo percentual foi de 34,3%.

QUEDA NA INADIMPLÊNCIA

Mesmo com a crise econômica, inadimplência é menor que no ano passado

Apesar da crise econômica no país causada pela pandemia e suas consequências diretas na renda das famílias, a inadimplência de pessoas físicas e jurídicas recuou. Segundo especialistas ouvidos pelo Jornal Folha de São Paulo, o resultado é surpreendente, porém, compreensível e pode ser explicado, principalmente, pela existência do auxílio emergencial e programas de socorro às pequenas e microempresas e também pela taxa de juros em patamares historicamente baixos. Tais fatores permitiram um forte movimento de renegociação de dívidas por parte dos bancos.

Em julho, último dado disponível, 63,5 milhões de brasileiros estavam inadimplentes, segundo levantamento do Serasa. O número é menor em 2,5 milhões que o registrado em abril deste mesmo ano, quando as medidas mais severas de distanciamento social foram adotadas em boa parte do país. Movimento semelhante foi observado entre as pessoas jurídicas. Também em julho, o número de empresas com dívidas em atraso foi de 5,8 milhões, o número mais baixo do ano e igual ao do mesmo mês do ano anterior (2019).

Outro indicador importante é a quantidade de empresas que solicitaram recuperação judicial, o que na prática funciona como um termômetro da inadimplência-. Os dados coletados em todos os cartórios do país mostram que, até agosto deste ano, 868 empresas reconheceram a incapacidade financeira de pagar suas dívidas. O número é 7,3% menor que o registrado em agosto de 2019 e considerando os primeiros 8 meses do ano, o resultado acumulado de 2020 é o menor desde 2015. Entretanto, o economista Luiz Rabi, da Serasa Experian, ouvido pelo jornal, alerta para o risco de crescimento do calote nos próximos meses, quando a economia passar a contar com um menor apoio governamental. "Os brasileiros que perderam renda estão pendurados hoje no auxílio emergencial, que tem data e hora para acabar (no fim de dezembro). A inadimplência está represada, não está extinta", alerta o economista. O temor é

INFORMALIDADE E AVANÇO DO CORONAVÍRUS

Transmissão aumenta em cidades com maior incidência de pobreza e trabalho informal



Imagem: PxHere

Um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em parceria com o Instituto Francês de Pesquisa e Desenvolvimento (IRD) identificou que as cidades com maior proporção de trabalhadores informais foram as que registraram maior número de contaminações e mortes pela COVID-19, indicando a existência de relação entre vínculo empregatício e avanço da pandemia. Para chegar a essa conclusão, usando modelos econométricos, os pesquisadores analisaram indicadores demográficos, habitacionais, econômicos, do mercado de trabalho, de mobilidade e políticos dos 5.570 municípios brasileiros para estimar seus respectivos efeitos no aumento ou diminuição das taxas de contágio e letalidade do vírus em cada cidade.

Uma das correlações que mais chamou atenção foi a do vínculo de emprego com o avanço da doença. Os pesquisadores descobriram que, para cada aumento de 10 pontos percentuais (p.p) no total de trabalhadores informais, a taxa de contágio aumenta em 29% e a letalidade cresce, em média, 38%. Em outras palavras, significa dizer que, para cada milhão de habitantes, seriam registrados, em média, 3.130 casos e 88 mortes adicionais pela doença. “Nossa conclusão é que o trabalhador informal, além de ter uma renda menor, fica mais exposto aos riscos da Covid-19, pois a natureza da atividade exige contato com o público, locomoção constante e, não raro, convívio com áreas que têm condições sanitárias piores”, disse o pesquisador François Roubaud, um dos autores do estudo.

Além do efeito da informalidade sobre o avanço da pandemia nos municípios, outro fator que se destacou foi a incidência de pobreza, medida pela taxa de beneficiários do auxílio emergencial. Segundo o estudo, em cada município, um aumento de 10 p.p no total pessoas em situação de pobreza, eleva o total de casos da doença em 52% e o óbitos em 73% em média. Desta forma, para cada milhão de habitantes, haveriam 167 óbitos e 5.567 casos adicionais, em média. Ainda sobre o aspecto da pobreza e da informalidade, o estudo ressalta o efeito mitigador do auxílio emergencial de R\$ 600, por reduzir os riscos associados ao aumento da informalidade nos municípios, ao evitar que mais pessoas precisem sair de casa para obter renda. Traçando cenários hipotéticos, o estudo mostra que o número de mortes seria muito maior caso não houvesse nenhum apoio governamental aos públicos mais impactados.

TRABALHO DOMÉSTICO PERDE 500 MIL POSTOS NA PANDEMIA

Setor é um dos mais prejudicados e deve demorar a se recuperar

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que trabalhadores domésticos e ligados à prestação de serviços às famílias ainda são os que mais sofrem com os impactos decorrentes da pandemia de COVID-19 no país. De acordo com resultados da PNAD Covid19, entre maio e agosto, foram encerrados, ao menos, 500 mil postos de trabalho nos serviços domésticos e considerando os resultados da PNAD Contínua, relativos ao primeiro e segundo trimestre de 2020, o setor sofreu perda acumulada de 1,7 milhão de postos de trabalho. O levantamento foi feito pelo Jornal Folha de São Paulo, que também ouviu algumas pessoas entre empregadas domésticas, sindicalistas e pesquisadores para falar sobre o assunto.

Nas palavras de Janaina Mariano de Souza, presidente do Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo, desde meados de março e abril, o setor está “em queda livre”, e estima-se que de cada 10 atendimentos feitos pelo sindicato, 8 são para domésticas desempregadas no período. “Para nossa categoria, a pandemia ainda está fazendo estrago, o número de domésticas desempregadas está crescendo.” Mesmo com o ligeiro aumento do número de vagas em alguns setores de atividade econômica, em especial aqueles onde foi possível se adaptar ao trabalho remoto e que exigem maior qualificação dos trabalhadores, o setor de prestação de serviços às famílias não tem conseguido gerar novas vagas.

Segundo Rodolpho Tobler, da Fundação Getúlio Vargas, ao menos dois fatores têm prejudicado o setor de serviços domésticos a voltar a criar vagas: cautela das famílias em relação a renda e o medo de contágio pelo coronavírus.

“As pessoas evitam consumir serviços porque tiveram demissões ou salários reduzidos. E a pandemia não está controlada, esse tipo de serviço demanda presença física, não tem como ter serviço doméstico sem ser assim, precisa estar presencialmente e isso tudo complica”, afirma o economista.

A explicação do economista Rodolpho Tobler, condiz com o relato da empregada doméstica Barbara Cristina, de 40 anos, sobre os motivos que a levaram a estar desempregada. “Em uma das casas, fui mandada embora porque o orçamento dos patrões caiu, eles trabalham com empresas que foram afetadas pela pandemia. Nas outras, como tinham idosos ou crianças, ficaram com medo que eu levasse a pandemia para dentro da casa deles e me dispensaram”, afirma.

IMPACTOS DA PANDEMIA NO TURISMO

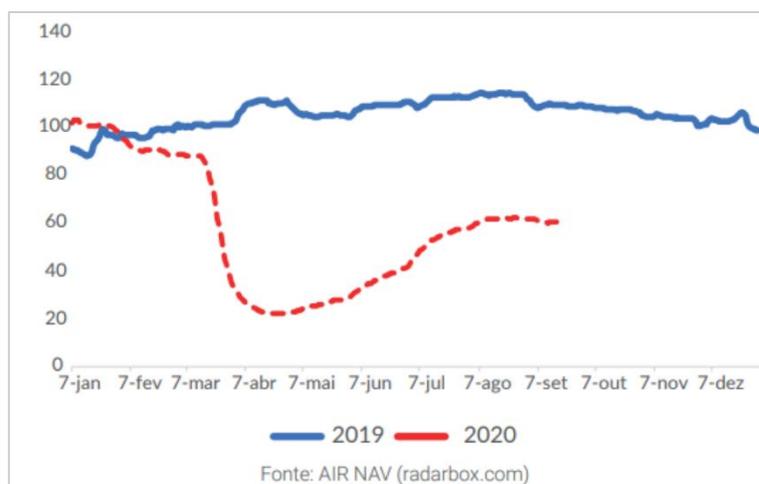
Setor vem se recuperando gradualmente

Indicadores presentes na última edição do “Boletim do Turismo: Impactos do coronavírus em Minas Gerais”, elaborado pelo Observatório do Turismo em Minas Gerais, mostram que o setor turístico vem se recuperando gradativamente aos impactos da pandemia.

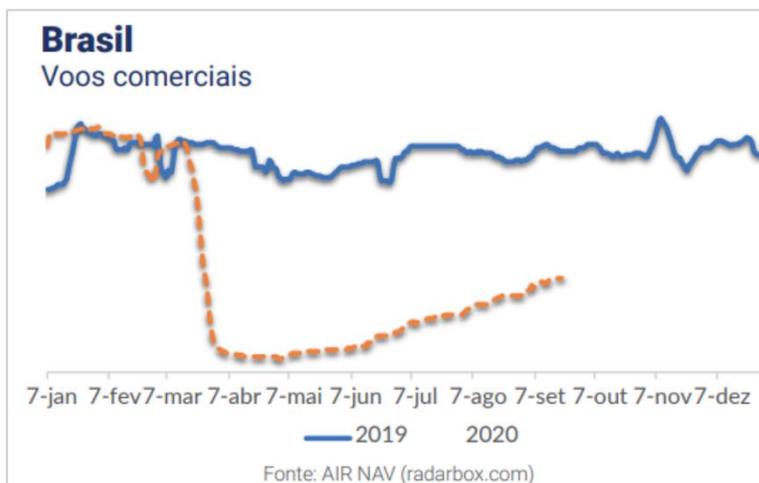
Conforme Boletim do Observatório, a ocupação hoteleira em Belo Horizonte ainda sofre com os efeitos da chegada da pandemia no país. Com base nos dados da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Minas Gerais (ABIH – MG), no mês de agosto, a taxa de ocupação nos hotéis da capital foi de 25,21%, resultado superior ao do mês imediatamente anterior (21,65%), mas ainda inferior ao do mês de agosto de 2019 (38,16%). Outro indicador importante para mensurar o desempenho do setor são os dados do faturamento das empresas do ramo do turismo e transporte. De acordo com a CIELO, entre 01 de março e 26 de setembro, o setor acumulou queda de 73,3% no faturamento, na comparação com fevereiro de 2020. O faturamento no mês de setembro, em relação ao mesmo mês do ano passado, ainda é 54,9% inferior. Apesar disso, os resultados das últimas semanas, mostram um aumento gradual no faturamento, possivelmente motivado pelo início do movimento de retomada das atividades.

Quanto a operação da malha aérea em Minas Gerais, o boletim do Observatório mostra também que os resultados de agosto são os melhores desde o início da pandemia. No estado, desembarcaram 119.791 passageiros, o que significa um aumento de 75,1% na comparação com o mês de julho. Na mesma base de comparação, quanto ao número de passageiros vindos do exterior, o aumento foi de 2005,9%. Já sobre o total de pousos de aeronaves em Minas, foram registrados 1.283, um aumento de 86,4% em relação a julho. Apesar do aumento, assim como registrado na maioria dos indicadores, os resultados ainda são inferiores aos do mesmo mês do ano passado. Em agosto deste ano, o número de passageiros que desembarcaram no estado sofreu queda de 78,49% e o número de pousos, queda de 75,92%.

Número de voos comerciais no mundo



Voos comerciais internacionais no Brasil



O Boletim Observatório Global nº 26, do SEBRAE, também traz informações sobre o desempenho do setor aéreo mundial, que é um indicador bastante sensível à atividade econômica global. Com o início da pandemia, o total de voos internacionais chegou a cair 80%, na média mundial. Desde então esse número segue aumentando, porém de forma bem menos acentuada que a queda, por isso a recuperação tende a ser lenta. O número total de voos internacionais ainda é 45% inferior ao total do mesmo período de 2019. No Brasil, o total de voos domésticos chegou a sofrer queda de 92% em seu pior momento (março e abril), e já em setembro, o total de voos internacionais, foi 52% abaixo do total registrado no mesmo mês de 2019.